

Nome do projecto	Os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres
Data de início	22/11/2000
Data de fim	2004
Estado	Concluído
Coordenação	Manuel Lisboa
Equipa de investigação	Luísa Vicente (<i>investigação e consultoria</i>) Isabel do Carmo (<i>investigação e consultoria</i>) António Nóvoa (<i>investigação e consultoria</i>) Pedro Pita Barros (<i>apoio nas dimensões económicas</i>) Ana Roque Joana Patrício Sofia Lai Luísa Franco Joana Marteleira Teresa Sequeira
Informação técnica e metodológica	<p>Para estudar os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres, a estratégia de investigação utilizada passou pela elaboração de um inquérito sociológico para a análise macro das dimensões sociais de saúde (física e psicológica) e da educação das vítimas e não vítimas, assim como por uma abordagem quantitativa apoiada em estatísticas oficiais que serviram para contextualizar os resultados dos inquéritos e que indirectamente puderam servir de indicadores de inúmeras dimensões de custos sociais, e por uma análise aprofundada de estudos de caso (provenientes da pesquisa bibliográfica), direccionados para a temática do feminino e da violência contra as mulheres.</p> <p>O referido inquérito sociológico que foi aplicado teve como amostra 1500 mulheres com dezoito ou mais anos de idade, residentes no continente, tendo em conta uma margem de erro de 3,5% e um nível de confiança de 95%, ponderada de forma a conter um número suficiente de mulheres que permitisse os cálculos necessários. Concebido para ser aplicado de forma indirecta, por inquiridoras especializadas, o questionário era constituído por seis módulos relacionados com o controlo da administração, com a caracterização sociocultural das vítimas, com a vitimação, com os custos sociais ao nível da família, da actividade profissional, da saúde (física e psicológica) e da educação e com os actos de violência concretizados, procurando assim abranger um conjunto amplo de variáveis e indicadores (características da vítima e agressor, espaços, tipo de agressão e custos sociais).</p> <p>Para a realização dos questionários foi aplicado um pré-teste para corrigir possíveis erros ortográficos ou de percepção das perguntas e foram recrutadas e formadas 31 inquiridoras, com a participação do CIDM, já com experiência e licenciatura em Sociologia.</p>

	<p>Por motivos relacionados com a delicadeza das próprias questões, as inquiridas tinham contacto com a comissão de atendimento do CIDM. O trabalho de campo prolongou-se por dois meses e meio e de 2759 contactos, foram possíveis 1503 entrevistas válidas, tendo sido realizados vários testes de validação da homogeneidade das variáveis em causa.</p>
Financiamento	Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres
Resumo	<p>Estudo sobre os custos sociais da violência contra as mulheres ao nível da saúde, da actividade profissional e da educação. O estudo desenvolver-se-á em duas fases: na primeira criar-se-ão as condições de pesquisa ao nível da recolha bibliográfica, da realização das entrevistas exploratórias e da preparação do questionário de um inquérito a ser administrado no Continente; na segunda far-se-á a recolha, tratamento e análise dos dados do inquérito e proceder-se-á à realização de entrevistas aprofundadas. Os dados resultantes do estudo deverão ter as características necessárias à sua futura integração em bases de dados temáticas relativas a esta área.</p>
Número de variáveis disponíveis	684
Síntese de resultados	<p>O modelo teórico e conceptual seguido na elaboração do questionário que deu origem aos dados do inquérito agora analisados, centra-se na relação entre a violência de que as mulheres são vítimas e os custos que daí resultam. Referente aos actos de violência, na análise dos resultados do inquérito, podemos verificar que 30% das mulheres consideram-se vítimas de pelo menos um acto de violência. Observamos que os actos de violência física ressaem com 29,3%, os de violência psicológica com 19,6% e os restantes vários tipos com 23%. É possível notar, que na ocorrência de actos de violência, predominam as situações que ocorrem à mais de doze meses da data da realização do questionário com 45,8%, não deixando de referenciar que será mais fácil falar de actos passados dos que os recentes. Verifica-se um grande trajecto de violência que se estende desde o passado até aos dias de hoje nas mulheres. Os resultados não mostram, que para mais de metade das mulheres inquiridas 52%, há um percurso de violência vindo de trás, em que 39% dos casos de violência se alastram num período superior a dez anos.</p> <p>A análise dos espaços de agressão é uma dimensão muito importante para compreender o contexto social que está associado à produção e reprodução do fenómeno. Verificamos que o local onde ocorrem mais actos de violência, é a própria habitação, que continua a ser referenciada em primeiro lugar, tanto para o acto mais importante nos últimos doze meses 46,1%, como para os anos anteriores com 61%. Os agressores do primeiro acto dos últimos doze meses, são maioritariamente os (ex)maridos/companheiros, tendência que se vem a repercutir nos últimos doze meses com 40%, e com mais de doze meses com uma percentagem mais significativa de 52,4%. Acentua-se claramente os indivíduos de género masculino com 81,5% para menos de doze meses, ou mesmo</p>

com 87,8%, para casos com mais de um ano, como sendo os autores dos actos mais graves. Analisando as actividades profissionais dos agressores dos últimos 12 meses, averiguamos que estes resultados são iguais aos anos anteriores, onde as actividades operárias predominam com 28,2%, de seguida as profissões liberais, intelectuais e científicas com 13,4% e por fim os trabalhadores de serviço com 10,4%.

Nota-se ainda, que a reacção ao primeiro acto dos últimos doze meses, a maioria das mulheres, 57,5%, continuam a ter uma reacção “passiva”, 14% procuram evitar a situação, 13,8% reagem violentamente e 14,6% recorrem à polícia, ou outras instituições. Cerca de metade das mulheres inquiridas, 47,3%, vítimas de actos de violência estabelecem uma relação de causalidade entre a violência e os efeitos negativos junto da família e amigos. Sem dúvida que os membros da família se destacam com 40,2% de casos, sendo a sua maioria filhos com 58,8%. Começando a análise dos indicadores relativos a este ponto, verifica-se que 12,1% das mulheres revelam uma separação forçada no último ano, sendo que a maioria, 74,6%, dá-se em relação a membros da família. Os resultados demonstram ainda, que das 21,2% das mulheres que responderam ao inquérito, tiveram filhos doentes durante os doze meses anteriores à realização do inquérito. Num contexto profissional, deparamo-nos que 15,2% das mulheres vítimas afirmam claramente que a violência que sofreram, interfere ou vai interferir na sua vida profissional. Sendo assim, 15,6% das inquiridas referem ter tido dificuldades e outras 66,2% dizem respeito a casos em que tal acontece uma vez.

Na vitimação e recursos aos serviços de saúde, é importante sublinhar que 93,4% das inquiridas já foram a hospitais, facto que se pode verificar, apesar de só 21% das mulheres vítimas da violência, recorrerem a hospitais depois do acto que sofreram. Por outro lado, só 16% das mulheres se dirigem a centros de saúde e apenas outras 8% se deslocam a médicos privados. As mulheres que mesmo assim procuram estes recursos, 35% são vítimas de violência física, 8% de psicológica, 19% de sexual e 36% de outros padrões de violência.

Nos custos com a saúde psicológica, cerca de um quinto das mulheres inquiridas já consultaram um psiquiatra ou um psicólogo, constando que cerca de metade, 49%, é por motivos referentes à violência a que se expõem. Outra dimensão importante para a observação da doença psicológica das mulheres inquiridas prende-se com o seu quadro comportamental. Na maioria, 79%, as inquiridas não assinalam qualquer comportamento que lhe foi perguntado, ainda assim os problemas alimentares, o medo excessivo, o comportamento face a outros, tentativas de suicídio e comportamentos destrutivos de bens e propriedade são os mais assinalados. Muitas das vezes admitir, leva a assumir uma relação de culpa e até mesmo carregar consigo uma certa “vergonha social”, pois não é fácil uma mulher vítima expor a sua intimidade. A violência doméstica priva este tipo de condutas, tanto a nível doméstico, como a nível individual,

não pensando na violência para além dos lugares doméstico. Este estudo pretende assim, trazer a violência para uma esfera pública, assumindo as suas consequências sociais e políticas, tentando levar assim uma justiça social.

Concluimos assim que os dados apresentados do estudo, estão presos a estudos anteriores, que confirmam que a violência sobre as mulheres, influenciam gravemente os percursos escolares das próprias e dos seus filhos. Os custos sociais deste fenómeno são difíceis de medir, mas surgem com clareza nas respostas das mulheres inquiridas.

ONVG

OBSERVATÓRIO NACIONAL
DE VIOLÊNCIA E GÉNERO

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA